

Simonsen acha inevitáveis os reajustes preventivos 63

por Luiza Pastor
de Brasília

O ex-ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, defendeu ontem a reindexação da economia, alegando que, em momento de inflação em alta, "a indexação se dá por bem ou por mal" e que ignorá-la, como vinha fazendo o governo, era "insistir em uma ilusão". Simonsen veio ontem a Brasília para participar do painel "Idéias para um novo tempo", dentro do Fórum Merquior, que ontem também reuniu dois ex-colegas do mesmo ministério, Mailson da Nóbrega e Zélia Cardoso de Mello.

Para Simonsen, a reindexação permitiria dar alguma tranquilidade à economia nacional, e abriria espaço para se tentar resolver o principal problema que ele detecta hoje no País, que é "a falta de credibilidade das instituições e dos títulos do governo". Segundo o ex-ministro, "se a indexação pode ser acusada de pecar pela inércia, a falta dela gera também uma explosão da inflação". Isso porque, explicou, as empresas aumentam seus preços pela previsão própria da inflação futura, "em um ritmo que só pára com um choque".

A receita para se recuperar a economia nacional, segundo Simonsen, tem de partir de um esforço, por parte do governo, para desfazer as expectativas de novos choques e pela adoção de medidas que recuperem a credibilidade de seus títulos. Com isso e mais as adequações fiscais necessárias, ele acredita que, do meio para o fim de 1992, poderá ser detectada uma desaceleração do ritmo inflacionário, com um princípio de recuperação das atividades. O crescimento efetivo, assim, só começaria a partir de 1993, aí sim, com boas condições de crescer internacionalmente, na área de comércio exterior e atraindo, com uma atitude otimista da economia, os capitais internacionais.

Já para o ex-ministro Mailson da Nóbrega, o mais importante é o governo se conscientizar de que "não há plano de estabilidade econômica sem condições políticas que assegurem as reformas necessárias". A estabilização, segundo ele, deverá passar obrigatoriamente "pelo consenso em torno de mudanças na Constituição, que foi uma soma perversa, no campo financeiro, de fisiologismo e corporativismo, um verdadeiro desastre que inviabilizou o Estado".

Nóbrega criticou especialmente a redistribuição de receitas provenientes de impostos, que na Constituição de 1988 foram em grande parte repassadas aos estados e municípios. "Foi uma coisa desastrosa", definiu ele, apontando que, na Carta de 1967, 60% das receitas ficavam com a União. "Agora passamos para o extremo oposto, só um terço vai para o governo federal", explicou.

Ao chegar ao Senado, Nóbrega também havia se manifestado favorável à reindexação da economia, que, segundo o presidente do Banco Central, Francisco Gros, estaria sendo reestudada para tranquilizar a economia (ver matéria acima). Mais tarde, sua sucessora à frente da equipe econômica federal, Zélia Cardoso de Mello, se recusou a comentar as intenções de Gros.

Em sua participação no painel, Zélia preferiu enfatizar a questão da modernização da economia, que considera "a única saída para que o Estado volte a crescer". Ela também fez questão de valorizar o Congresso Nacional "como foro essencial para se realizarem as reformas estruturais necessárias ao País".

A saída do fórum, Zélia considerou que o "emendão" tem "alguns pontos positivos e deve ser discutido no Congresso, por todos os representantes da sociedade, ampliando-se o entendimento sem se deixar intimidar". Mas a ex-ministra, que estava de saída para viajar para Madri,



Mailson da Nóbrega

rejeitou a idéia de que o País esteja caminhando para uma hiperinflação ou que isso seja uma alternativa para se retomar o crescimento.